



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patos de Minas

Parecer nº 94/IEF/NAR PATOSDEMINAS/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0037943/2023-59

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: ALAOR SEVERIANO PEREIRA	CPF/CNPJ: 365.393.766-34
Endereço: Doutor Rasmo Rocha 57/ apto 204	Bairro: Nossa Senhora das Graças
Município: Patos de Minas	UF: MG
Telefone: (34) 99797-1432	E-mail: fernandaferreira_eng@hotmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (x) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: ISABELLY CRISTINA GOMES PEREIRA	CPF/CNPJ: 019.644.666-01
Endereço: Doutor Rasmo Rocha 57/ apto 204	Bairro: Nossa Senhora das Graças
Município: Patos de Minas	UF: MG
Telefone: (34) 99797-1432	E-mail: fernandaferreira_eng@hotmail.com

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Sítio Boa Vista	Área Total (ha): 30,1841
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 9.273	Município/UF: São Gonçalo do Abaeté/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3161700-9C47.CE.FF.50B0.4B2F.9498.B70A.4EFA.9F81	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	21,40	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	21,40	ha	23K	417.015	7.977.325

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária		21,40

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado em regeneração		21,40

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		605,8935	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 25/10/2023

Data da vistoria: 14/12/2023

Data de emissão do parecer técnico: 26/12/2023

2. OBJETIVO

O objetivo desse processo é requerer a supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40 ha para implantação de pecuária, com produção de 605,8935 m³ de lenha de floresta nativa, sendo que o material lenhoso será utilizado na propriedade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O empreendimento Sítio Boa Vista, matrícula 9.273 pertence à Sra. Isabelly Cristina Gomes Pereira, localizado no município de São Gonçalo do Abaeté, com área total matriculada de 30,2105ha.

Para a intervenção requerida, foi apresentada uma carta de anuência da proprietária (documento nº 75502756), concordando com a intervenção pleiteada neste processo pelo Sr. Alaor Severiano.

Foi também apresentado um Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural (documento nº 75502759) no qual a proprietária Sra. Isabelly arrenda para o Sr. Alaor o imóvel denominado Sítio Boa Vista, registrado sob a matrícula nº 9.273 pelo prazo de 72 meses, a contar de 26/01/2023 à 26/01/2029 para fins de atividades agrossilvipastoris.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3161700-9C47.CEFF.50B0.4B2F.9498.B70A.4EFA.9F81(documento nº 75502752)

- Área total: 30,1841ha

- Área de reserva legal: 6,0834 ha

- Área de preservação permanente: 2,6788 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(x) A área está preservada: 4,5734 ha

(x) A área está em recuperação: 1,51 ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(x) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: MG-3161700-9C47.CEFF.50B0.4B2F.9498.B70A.4EFA.9F81(documento nº 75502752)

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01

- Parecer sobre o CAR:

Foi verificado que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A área de reserva legal é contínua à APP, indo de encontro ao que preconiza o artigo 26 da Lei Estadual nº 20.922/2013:

"Art. 26 – A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural será definida levando-se em consideração:

(...)

III – a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, APP, Unidade de Conservação ou outra área legalmente protegida;"

E, embora um pequeno fragmento da reserva legal, aproximadamente 1,51 ha, esteja em processo de recuperação, **APROVO** a área de reserva legal de 6,0834 ha proposta no CAR nº MG-3161700-9C47.CEFF.50B0.4B2F.9498.B70A.4EFA.9F81, por estar de acordo com o mínimo exigido pela legislação ambiental vigente, por ser a melhor área proposta devido à formar um corredor ecológico com a APP (conforme orientação da norma legal em epígrafe) e por estar isolada do restante da propriedade onde será implantada a pecuária. Devido à esta atividade, para evitar o pisoteio de animais domésticos de grande porte e permitir que o banco de sementes existente promova a regeneração natural destes pontos da reserva legal onde o solo encontra-se exposto, será solicitado ao empreendedor o cercamento da reserva legal e da APP.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Esse processo requer a supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40 ha para implantação de pecuária, com produção de 605,8935 m³ de lenha de floresta nativa, sendo que o material lenhoso será utilizado na propriedade.

Taxa de Expediente:

1 - DAE nº 1401312345896, no valor de R\$ 735,39, pago em 10/10/2023 (supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40ha);

Taxa florestal:

1 - DAE nº 2901312346408, no valor de 4.273,31, pago em 10/10/2023 (volumetria: 605,8935m³ de lenha de floresta nativa);

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23129377

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

De acordo com o IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>, o empreendimento apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade natural: baixa a média

- Prioridade para conservação da flora: muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não existe

- Unidade de conservação: não existe

- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe

- Outras restrições: não existe

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: não existe

- Atividades licenciadas: não existe

- Classe do empreendimento: 0

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: não passível

- Número do documento: não possui

4.3 Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria *in loco* no empreendimento Sítio Boa Vista, matrícula 9.273, no município de São Gonçalo do Abaeté, pelos analistas ambientais do IEF, Viviane Brandão e Stéfano Santana, acompanhados do requerente Sr. Alao Severiano.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana

- Solo: latossolo vermelho amarelo distrófico

- Hidrografia: o empreendimento está inserido na bacia hidrográfica federal do Rio São Francisco, UEG 1 - Afluentes do Alto Rio São Francisco - Sub-bacia SF4 - Entorno da Represa de Três Marias. Foi delimitada uma área de APP de 2,6788 ha

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: bioma Cerrado, fitofisionomia de Campo e Cerrado, de acordo com o IDE-SISEMA.

- Fauna: não informada.

4.4 Alternativa técnica e locacional: não se aplica ao caso.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Esse processo requer a supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40 ha para implantação de pecuária, com produção de 605,8935 m³ de lenha de floresta nativa, sendo que o material lenhoso será utilizado na propriedade.

Para tanto, foi apresentado o PIA - Projeto de Intervenção Ambiental (documento nº75502768), sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Florestal Fabiano Costa Rogério de Castro CREA-MG nº 78.962/D MG, ART nº MG20232427628 (documento nº 75502835).

De acordo com o PIA, "*Foi aplicado inventário florestal qualitativo e quantitativo em área de 21,4 hectares de cerrado sensu strictu, com alocação de unidades amostrais de área fixa.*", sendo utilizado o método de amostragem casual estratificada, com o lançamento de 8 parcelas de 500m² (20 X 25m) divididas em 2 estratos, da seguinte forma:

Estrato	Parcela	Coord. UTM X	Coord. UTM Y	Descrição do Estrato
1	9	416925	7977673	Local com solos mais rasos, maior antropização e ocorrência de formações de transição a campo cerrado com indivíduos de menor porte e menor adensamento de distribuição dos mesmos
	6	417015	7977325	
	4	417237	7977544	
	8	416925	7977474	
2	2	417307	7977331	Local com espécies de maior relação entre DAP/HT com indivíduos de maior porte e maior adensamento de distribuição, gerando maiores valores de volume e área basal.
	7	417035	7977622	
	3	417419	7977476	
	1	417148	7977267	

Tabela 4: Tabela com parcelas e coordenadas.

Conforme o PIA, os arquivos digitais apresentados e a Planta topográfica (documento nº 75502760), a área total do imóvel de 30,0570 ha (delimitada pela linha preta) (**Imagem 1 - Adendo - Documento nº 79475875**), possui 6,0834 ha de reserva legal (hachurada em verde), 2,6788 ha de APP (delimitada pela linha azul) e área de intervenção solicitada de 21,40ha com o lançamento das 8 parcelas, dividida em 2 estratos de acordo com a **Figura 10 (Adendo - Documento nº 79475875)**, retirada do PIA.

De acordo com o PIA: "*O método de amostragem utilizado foi baseado nas características da vegetação da área em estudo, onde observou-se grande heterogeneidade entre os fragmentos devido ao histórico local, baseado em pastoreio nas áreas nativas, incidência de incêndios, tipos de solos, etc.... Além disso, observam-se diferentes níveis de regeneração natural gerando grande variação diamétrica e horizontal.*"

Durante vistoria *in loco*, observou-se que a área solicitada para supressão possui dois estratos, sendo que o Estrato 1, no qual foi conferida a Parcela 6, a presença de algumas gramíneas exóticas e nativas em meio à indivíduos arbóreos esparsos típicos de Cerrado, apresentando porte pequeno a médio (**Fotos 1 e 2 do Adendo**). Já o Estrato 2, no qual conferiu-se a Parcela 7, observou-se maior adensamento de indivíduos arbóreos típicos de Cerrado e algumas gramíneas exóticas e nativas (**Fotos 3 e 4 do Adendo**).

Conforme pode ser observado nas fotos anexadas ao **Adendo 1 do Parecer Único** (documento nº 79475875), a área solicitada para supressão é típica de Cerrado, sendo que as parcelas foram conferidas e estão de acordo com a planilha de campo apresentada, sendo que tanto as parcelas quanto os indivíduos estavam devidamente identificados em campo, conforme preconiza a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3102/2021:

"Art. 15. As parcelas amostrais do inventário florestal deverão ser demarcadas em campo de forma visível, bem como ser georeferenciadas na planta topográfica.

Parágrafo único. A demarcação das parcelas amostrais e a identificação dos indivíduos arbóreos poderá ser realizada por meio de mapeamento plano ou geográfico, de forma a possibilitar a conferência do inventário por meio do uso de geotecnologias disponíveis.

(...)

Art. 18. Os estudos de flora apresentados no âmbito do processo de intervenção ambiental deverão observar o Anexo II desta resolução conjunta e as diretrizes definidas nos termos de referência disponíveis nos sites do IEF e da Semad."

Para tanto, o "Termo de Referência traz como diretriz para a elaboração de projeto de intervenção ambiental" disponível no site do IEF: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3473--termosdereferencia>, o item 5.2. Inventário florestal quali-quantitativo, que é OBRIGATÓRIO, dentre outras informações, os seguintes itens:

"- Forma de identificação/numeração dos indivíduos florestais mensurados: Obrigatoriamente todos os indivíduos mensurados deverão estar identificados, com o número correspondente ao previsto nas Planilhas de Campo.

As planilhas de campo das parcelas deverão conter as seguintes informações: número da parcela; número do indivíduo mensurado; número de fuste ou de bifurcações para o mesmo indivíduo; nome vulgar, nome científico; CAP; DAP e altura total.

- **Identificação das parcelas no campo:** As parcelas devem ser delimitadas no campo com material adequado, resistente às intempéries visando garantir a realização das vistorias pelo corpo técnico do órgão ambiental. No caso de parcelas circulares, o ponto central deverá ser demarcado. A vistoria técnica não será realizada caso não seja possível a identificação da parcela." (grifo nosso)

Para cálculo estatístico dos dados do Inventário, foi utilizada a equação para Cerrado para a região hidrográfica SF1, 2, 3 e 4, do "Inventário Florestal de Minas Gerais" (IF/MG), adequada para a região/fitofisionomia da área de intervenção ambiental, devido ao empreendimento estar localizado na região da sub-bacia hidrográfica SF4. Foi encontrado um % de erro de amostragem de 6,8672%, admissível pela legislação ambiental vigente, com uma volumetria estimada em 605,8935m³ de lenha de floresta nativa.

As cinco espécies que apresentaram maior IVI - Índice de Valor de Importância foram: *Qualea parviflora*, *Qualea grandiflora*, *Dalbergia miscolobium*, *Terminalia argentea* e *Curatella americana* que, somadas correspondem à 63,89% do IVI, sendo espécies típicas de Cerrado *sensu stricto*.

Durante vistoria também observou-se que a área delimitada como APP apresenta gramíneas nativas típicas de áreas úmidas (**Foto 5 do Adendo**) e solo hidromórfico (**Foto 6 do Adendo**), além de, a partir de determinado ponto, apresentar uma vegetação de transição Cerrado - Floresta Estacional Semidecidual, com presença significativa de serapilheira (**Foto 7 do Adendo**).

Enfim, diante da análise documental, com base na vistoria *in loco* e na legislação ambiental vigente, tem-se as seguintes considerações:

Considerando que esse processo requer a supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40 ha para implantação de pecuária, com produção de 605,8935 m³ de lenha de floresta nativa, sendo que o material lenhoso será utilizado na propriedade;

Considerando que a área de reserva legal está de acordo com a legislação ambiental vigente para fins de deferimento da intervenção requerida;

Considerando que a APP está em boas condições de conservação, formando um corredor ecológico com a área de reserva legal, conforme preconiza as normas legais vigentes;

Considerando que durante vistoria *in loco* observou-se que a área solicitada para supressão é um Cerrado *stricto sensu*, sendo conferidos os dados em campo e a metodologia aplicada no Inventário Florestal, estando os mesmos de acordo com a legislação ambiental vigente.

Portanto, diante de todas as considerações, APROVO a intervenção requerida, ou seja, a supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40 hectares para implantação de pecuária, localizada na propriedade Sítio Boa Vista por não existir empecilho legal quanto ao pleito. Entretanto, remeto o referido processo para o crivo da análise jurídica para maior respaldo legal quanto à solicitação em tela.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Realizar o desmatamento em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.
- Utilizar meios de afugentamento de fauna.
- Realizar o cercamento da APP e da área de reserva legal para evitar o pisoteio de animais domésticos de grande porte.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0037943/2023-59

Requerente: ALAOR SEVERIANO PEREIRA

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 21,4000 hectares** no imóvel rural denominado "Sítio Boa Vista", localizado no município de São Gonçalo do Abaeté, matriculado sob o nº 9.273, possuindo **área total de 30,1841 hectares**, fatos esses que, de acordo com a gestora do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **6,0834 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pela técnica vistoriante, que encontra-se parcialmente preservada e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implementação da atividade de pecuária, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, conforme declarado no Requerimento, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a propriedade não está inserida em área de prioridade de conservação considerada extrema/especial, de acordo com o sistema Biodiversitas e o IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

III. Conclusão:

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/12 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 21,4000 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, **devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas no Parecer Técnico, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).**

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

10 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa em 21,40 hectares para implantação de pecuária, na propriedade Sítio Boa Vista, sendo que o material lenhoso deverá ser utilizado dentro da propriedade.

8. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal -

() Formação de florestas, próprias ou fomentadas

() Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Viviane Santos Brandão

Masp: 1019758-0

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado

Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 26/12/2023, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Santos Brandão, Coordenadora**, em 26/12/2023, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **78376155** e o código CRC **90FDD2F4**.